



REFORMAS EDUCACIONAIS NEOLIBERAIS E SEUS EFEITOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA: O CASO BRASILEIRO NA DÉCADA DE 1990

CHIARA MARIA FERNANDES DA SILVA; LUCIANA MESQUITA N.S. NASCIMENTO

RESUMO

Este resumo expandido, apresentado ao III Congresso Brasileiro de Pesquisa e Inovação em Educação, resume indicações de fundamentos à pesquisa de mestrado no PPGE da Universidade Estadual do Maranhão, e tem como finalidade analisar os impactos das reformas educacionais neoliberais implementadas no Brasil durante a década de 1990, com foco nas políticas de descentralização, avaliação de resultados e a influência de organismos internacionais. O estudo justifica-se no fato de que essas reformas, amplamente adotadas sob o discurso de modernização e eficiência, transformaram significativamente o sistema de educação básica, mas geraram desigualdades e precarização em regiões mais vulneráveis. O objetivo central é examinar como essas políticas influenciaram a qualidade do ensino e a gestão escolar, explorando as contradições entre os princípios neoliberais e a realidade educacional brasileira. A metodologia baseou-se em pesquisa qualitativa, por meio de análise bibliográfica e documental, e foi fundamentada no materialismo histórico-dialético, que permite interpretar os fenômenos educacionais em seu contexto econômico, político e social. Os resultados mostram que, embora a descentralização e a criação de mecanismos de avaliação tenham ampliado o acesso à educação, eles também intensificaram as desigualdades regionais e a focalização excessiva em resultados numéricos, limitando o desenvolvimento pedagógico. Conclui-se que, para superar os desafios herdados pelas reformas dos anos 1990, é necessário promover uma gestão educacional mais democrática e inclusiva, com um conceito de qualidade educacional que atenda às reais necessidades das escolas e da sociedade.

Palavras-chave: Política. Gestão. Avaliação. Desigualdade. Qualidade.

1 INTRODUÇÃO

Este estudo, apresentado ao III Congresso Brasileiro de Pesquisa e Inovação em Educação resume indicações de fundamentos à pesquisa de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UEMA), Mestrado Profissional em Educação (MPE), na linha de Gestão Educacional e escolar. A década de 1990 foi marcada por profundas transformações no Brasil, não apenas no campo econômico, mas também no social e educacional. Sob a influência de políticas neoliberais, o governo brasileiro implementou reformas educacionais com o objetivo principal de aumentar a eficiência e a qualidade do sistema de ensino. Essas reformas seguiram no movimento global de ajuste estrutural, caracterizado pela descentralização, redução do papel do Estado e introdução de mecanismos de avaliação e controle de resultados. No entanto, enquanto essas mudanças buscaram modernizar a gestão educacional e ampliar o acesso à educação básica, também levantaram questões sobre seus impactos na equidade e na qualidade do ensino oferecido.

A implementação dessas reformas neoliberais na educação básica brasileira gerou efeitos contraditórios. Por um lado, houve avanços significativos, como a ampliação do acesso à escola e a criação de mecanismos de avaliação da qualidade educacional. Por outro lado, surgiram críticas quanto à focalização excessiva em resultados e à desconsideração das

desigualdades regionais e sociais. O foco em eficiência e custo-benefício, típico das políticas neoliberais, não levou em consideração as necessidades específicas das escolas em áreas vulneráveis, resultando em disparidades na qualidade do ensino. Diante desse cenário, o problema central deste estudo é investigar como essas reformas influenciaram a educação básica no Brasil, em particular no que se refere à qualidade e à equidade do ensino.

Dessa forma, o estudo das reformas educacionais neoliberais é fundamental para compreender a evolução da educação básica no Brasil. Ademais, pretende-se avaliar se as metas de eficiência e modernização propostas pelas políticas neoliberais contribuíram para melhorar a educação básica ou se acentuaram as desigualdades preexistentes. A análise crítica dessas reformas permitirá uma reflexão sobre os desafios e os legados deixados por esse período para as políticas educacionais contemporâneas.

Ademais, a gestão educacional pública no Brasil tem passado por constantes transformações ao longo das décadas, sendo influenciada por diversos fatores sociais, políticos, econômicos e tecnológicos. No entanto, sempre houve um consenso sobre a importância da gestão educacional como instrumento para garantir a qualidade e a efetividade do ensino, bem como para promover o desenvolvimento econômico e social.

Conforme análise de Yanaguita (2011), o Brasil, no contexto da década de 1990, adotou uma série de reformas educacionais neoliberais que estavam em consonância com o movimento global de ajuste estrutural promovido por organismos internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). O país, em meio a uma crise econômica, foi pressionado a implementar reformas que buscavam estabilizar as finanças públicas e aumentar a competitividade econômica. No campo da educação, essas reformas foram caracterizadas pela descentralização, privatização e avaliação de resultados.

Nesse interim, essas reformas inseridas em um contexto global redefiniram o papel do Estado em diversas áreas, incluindo a educação, que tinham como eixo central a descentralização, a racionalização de recursos e a implementação de mecanismos de avaliação e controle de resultados, foram fortemente influenciadas por um discurso que promovia a eficiência e a competitividade, princípios caros à lógica neoliberal. No Brasil, tais reformas se materializaram principalmente a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996 e da criação do FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério).

Como declara Sander (2009) no contexto desse movimento neoliberal multiplicam-se os esforços de modernização em distintos setores da administração pública, incluindo a educação. Inicia-se a adoção de modelos de reforma administrativa adotados nos países desenvolvidos, especialmente na Inglaterra e nos Estados Unidos, e por eles exportados para o resto do mundo, inclusive para o Brasil. Segundo o autor, a análise dessas mudanças evidencia uma reinterpretação atualizada de ideias e métodos neofayolistas e neotayloristas, que caracterizam o gerenciamento empresarial e comercial, aplicando-os ao setor público e ao campo educacional. Essa abordagem enfatiza a eficiência e a produtividade, a racionalização da administração, a avaliação padronizada de desempenho, além de promover a descentralização, a privatização e a ampla implementação de tecnologias da informação. (Sander, 2009).

A adoção desses modelos provocou mudanças significativas na gestão e no financiamento da educação básica, impactando diretamente as práticas pedagógicas e o cotidiano escolar. De acordo com o autor supracitado, a gestão educacional na década de 1990 passou a ser pautada por uma concepção empresarial de administração. Nesse cenário, a educação deixou de ser vista apenas como um direito social, passando a ser tratada como um serviço que deveria seguir os preceitos de gestão típicos do mercado. A ideia de "eficiência" foi uma das bases para a adoção de políticas de descentralização, que transferiam a responsabilidade do Estado para os municípios, promovendo a lógica de que quanto mais

próximo o gestor estivesse da comunidade, mais eficiente seria a gestão dos recursos.

No entanto, essa abordagem neoliberal não leva em conta as condições desiguais nas quais os diferentes municípios e estados brasileiros se encontra. Ao descentralizar a gestão e o financiamento da educação, não houve, concomitantemente, uma política de equalização de recursos que garantisse que regiões mais pobres pudessem administrar suas escolas de maneira eficaz. Isso resultou em uma maior precarização do sistema educacional nas áreas mais vulneráveis, criando um abismo ainda maior entre escolas de regiões ricas e pobres.

Além disso, a gestão democrática, defendida pela Constituição de 1988, entrou em disputa com essa nova concepção gerencialista. Enquanto o ideal constitucional propunha a participação ativa da comunidade escolar (professores, alunos e pais) na gestão das escolas, o modelo neoliberal promovia uma centralização do poder de decisão nas mãos de gestores que, muitas vezes, tratavam a educação sob uma ótica empresarial, afastando as vozes da comunidade.

Dessa forma, esse modelo também reforçou a responsabilização individual dos atores escolares pelo sucesso ou fracasso, desconsiderando os condicionantes sociais e econômicos que influenciam o desempenho escolar. Assim, a política educacional brasileira dos anos 1990 passou a operar sob uma lógica meritocrática, que punia escolas e profissionais da educação que não atingiam as metas estabelecidas pelos exames nacionais, sem considerar as desigualdades estruturais enfrentadas por essas instituições.

Freitas (2014) aborda a questão dos "reformadores empresariais da educação", um grupo de atores que, fortemente influenciado pela ideologia neoliberal, passou a exercer grande influência sobre as políticas educacionais no Brasil. Esses reformadores defendiam a adoção de uma lógica empresarial na gestão escolar, baseada na competitividade, na meritocracia e na padronização do ensino. Para Freitas, um dos maiores perigos desse movimento é a padronização do processo pedagógico, que busca adequar as práticas de ensino às demandas do mercado, em detrimento da formação crítica e emancipatória dos alunos.

A introdução de avaliações externas, como o SAEB, reforça essa lógica empresarial, na medida em que as escolas passaram a ser pressionadas a cumprir metas de desempenho estabelecidas por esses exames. O controle do processo pedagógico deixou de estar nas mãos dos educadores e passou a ser ditado por critérios externos, muitas vezes desconectados da realidade vivida pelos alunos e professores em sala de aula. Freitas critica essa abordagem, afirmando que o foco excessivo em resultados e números desvirtua a verdadeira função social da educação, que é formar cidadãos críticos e capazes de transformar a realidade.

A disputa pelo controle do processo pedagógico também pode ser vista na forma como o discurso de "qualidade" da educação passou a ser associado exclusivamente ao desempenho em avaliações padronizadas. Isso desconsidera outros aspectos essenciais da educação, como o desenvolvimento integral dos alunos, o envolvimento comunitário e a promoção de uma educação inclusiva e equitativa.

Dessa forma, é importante frisar que as políticas educacionais de modo geral e especificamente de avaliação guardam a dinâmica das contradições históricas de consolidação de programas, planos vinculados ao planejamento estatal do Brasil e sua articulação com um sistema internacional à luz dos princípios neoliberais expressos no fenômeno da globalização. Princípios esses excludentes que se estruturam como nova fase do capitalismo como ajustamentos e reformas estruturais em nível econômico-social, político e educacional no Brasil.

Essa perspectiva hegemônica do neoliberalismo implica fortemente na produção e reprodução de consequências ideológicas que atribuem a fatores e segmentos isolados a responsabilização pelo fracasso ou sucesso no desempenho dos alunos, afetando diretamente a visão social do papel da escola virgula dos gestores e professores sobretudo no que tange às políticas de avaliação.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa será conduzida com base em uma abordagem qualitativa, uma vez que o objetivo central é compreender de maneira profunda e crítica os impactos das reformas educacionais neoliberais na educação básica brasileira durante a década de 1990. O método adotado se apoia em Quintaneiro (2002), que reforça que a análise da vida social deve ser realizada por meio de uma perspectiva dialética, que além de estabelecer as leis de mudança que regem os fenômenos, esteja fundada nos estudos dos fatos, a fim de expor o movimento do real em seu conjunto. Dessa forma, a abordagem metodológica em questão orienta a investigação do objeto na sua concreticidade (totalidade), desvendando-se a natureza da sua realidade social, superando a pseudoconcreticidade (Kosik, 2002).

Consistirá em uma revisão bibliográfica aprofundada, com o intuito de reunir e analisar o conhecimento já produzido sobre as reformas educacionais neoliberais no Brasil. Serão consultados livros, artigos acadêmicos, dissertações e teses que tratam das políticas educacionais implementadas na década de 1990, das influências neoliberais sobre a educação e dos efeitos dessas políticas na qualidade e na equidade do ensino. Assim posto, a compreensão e discussão teórico-conceitual da temática, bem como à construção da investigação, apoiou-se em: Sander (2009), Freitas (2007), Yanaguita (2011), entre outros autores que tratam da temática em tela, além de documentos e legislações que dispõem sobre o objeto em questão.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da análise bibliográfica e documental sobre as reformas educacionais neoliberais no Brasil na década de 1990, foi possível identificar uma série de resultados que demonstram os impactos diretos dessas políticas na educação básica. Um dos principais resultados foi a descentralização da gestão e do financiamento escolar, promovida pelo FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério). Embora a descentralização fosse apresentada como uma solução para tornar a gestão mais eficiente e próxima das necessidades locais, o estudo revelou que essa política aprofundou as desigualdades regionais no Brasil.

Outro impacto identificado foi a focalização excessiva em resultados e a padronização do processo pedagógico, evidenciada pela implementação de sistemas de avaliação externos, como o SAEB. Isso gerou um estreitamento do currículo escolar, já que muitas escolas passaram a direcionar suas práticas pedagógicas para preparar os alunos especificamente para essas avaliações, em vez de proporcionar uma formação integral.

A pressão para cumprir metas e melhorar os índices de desempenho gerou o que Freitas chama de "mecanismos de controle" sobre o processo pedagógico, retirando autonomia dos professores e subordinando o ensino às demandas impostas pelos exames. Esse movimento desvirtua a função crítica da educação, que deveria formar cidadãos capazes de refletir e transformar a sociedade, e não apenas consumidores de conteúdos previamente definidos.

4 CONCLUSÃO

As reformas educacionais neoliberais implementadas no Brasil na década de 1990, fortemente influenciadas por organismos internacionais, deixaram um impacto significativo no sistema de educação básica, tanto em termos de gestão escolar quanto de qualidade do ensino. A partir da análise bibliográfica e documental conduzida, foi possível identificar que essas reformas promoveram uma série de mudanças estruturais, como a descentralização administrativa, a criação de mecanismos de avaliação externa e a focalização em eficiência e resultados. No entanto, ao mesmo tempo, elas geraram desafios consideráveis, especialmente no que diz respeito à equidade e à qualidade educacional.

O conceito de qualidade educacional promovido pelas reformas foi fortemente ancorado em resultados numéricos, desconsiderando as condições socioeconômicas dos alunos e os desafios enfrentados pelas escolas em regiões vulneráveis. As avaliações externas, como o SAEB, embora tenham criado instrumentos para medir o desempenho do sistema, reforçaram uma visão tecnocrática da educação, que prioriza a competitividade e o controle, em detrimento de uma formação crítica e emancipatória.

Portanto, conclui-se que essas reformas, embora tenham trazido avanços em termos de ampliação do acesso e mecanismos de avaliação, falharam em resolver questões estruturais do sistema educacional brasileiro, como as desigualdades regionais e a valorização dos profissionais da educação. O legado dessas reformas aponta para a necessidade de repensar o conceito de qualidade na educação, promovendo uma gestão escolar mais democrática e inclusiva, e investindo em políticas que atendam às necessidades reais das escolas, professores e alunos. Somente por meio de uma visão mais ampla e integrada da educação será possível garantir um sistema educacional mais equitativo e de melhor qualidade para todos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei n.º 9.394/96**. Rio de Janeiro: 1998.

FREITAS, L.C. Os Reformadores Empresariais da Educação e a Disputa pelo controle do Processo Pedagógico na Escola. **Educação e Sociedade**. Campinas, v.35, nº. 129, p. 1085-1114, out.-dez., 2014.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

QUINTANEIRO, T. Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber. 2ª ed. **revisão ampliada**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

SANDER, B. Gestão educacional: concepções em disputa. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v.3, n.4, p.69-80, jan\jun. 2009. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>

YANAGUITA, A. I. As Políticas educacionais no Brasil nos anos 1990. XXV Congresso Brasileiro. **II Congresso Ibero-Americano de Política e administração da Educação Jubileu de Ouro da ANPAE (1961-2011)** São Paulo, Brasil. 26 a 29 de abril de 2011. Biblioteca ANPEA. Série de Cadernos nº 11 de 2011.